

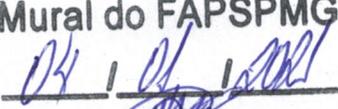


Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Guaçuí
CNPJ: 04.376.371/0001-23

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REVISÃO
E CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DO
FAPSPMG**

CPS/FAPS/N.º 001/2021.
PROCESSO FAPS 212/2020.

Publicado no
Mural do FAPSPMG


Wagner Medeiros de Souza
Superintendente Administrativo
Financeiro e Contábil
Matrícula: 014864

CONTRATO que entre si celebram o **FAPSPMG – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ-ES**, e a empresa **WILLIAM MENDONÇA DA SILVA - MEI**, para prestação de serviços de **Manutenção, revisão e conservação dos equipamentos de informática**.

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços por tempo determinado, que entre si fazem, de um lado o **FAPSPMG – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na AV ESPIRITO SANTO, 70 – Centro, em Guaçuí-ES, inscrito no CNPJ/MF n.º 04.376.371/0001-23, representada neste ato pela sua Presidente Executiva Sr.^a **CELMA APARECIDA GONÇALVES MOREIRA GOMES**, brasileira, casada, servidora pública municipal inativa, domiciliada e residente na Rua Dona Eufrásia, 117 – Ama Norte, em Guaçuí-ES, portadora do CPF n.º 848.070.757-72, denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **WILLIAM MENDONÇA DA SILVA 086.196.967-77**, pessoa jurídica de direito privado Micro Empreendedor Individual-MEI, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.753.863/0001-68, sediada Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 27 – São Miguel – Guaçuí-ES, denominado **CONTRATADO**, têm entre si pôr justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO:

1.1. Prestação de serviços de informática:

- a) Montagens e manutenção de computadores com Sistemas Operacionais Windows e Linux.
- b) Infraestrutura de rede cabeada e wireless.
- c) Manutenção de servidores com sistemas operacionais Windows e Linux.
- d) Atendimentos diversos referentes às manutenções, revisões e conservações dos equipamentos de informática.
- e) Instalações e configurações de impressoras locais ou em rede.



Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Guaçu
CNPJ: 04.376.371/0001-23

Wagner Medeiros de Souza
Superintendente Administrativo
Financeiro e Contábil
Telefone: 014864

CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 A **CONTRATADA** prestará os serviços objeto do presente CONTRATO de forma direta e pelo regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO VALOR DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a quantia de R\$ 770,00 (Setecentos e setenta reais) mensais, em 12 (doze) parcelas, totalizando um montante de R\$ 9.240,00 (Nove mil e duzentos e quarenta reais), referentes ao período constante da Cláusula Segunda deste ato.

3.2 O valor descrito acima é fixo e irrevogável.

3.3. A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, pela execução dos serviços contratados, mediante a apresentação da Fatura/Nota Fiscal de Serviços, que deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade conjunta, referente aos Tributos Federais, INSS e a Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FGTS devidamente válida;
- e) Relatório mensal dos serviços prestados no FAPS.

3.4. O pagamento será efetuado após o cumprimento da **Cláusula Segunda** deste objeto e a apresentação da respectiva Fatura/Nota Fiscal, desde que não haja nenhuma irregularidade nas certidões negativas e o relatório mensal dos serviços prestados junto ao FAPS.

3.5. Na hipótese de atraso no pagamento, total ou parcial, dos valores devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, aos montantes em atraso deverão ser acrescidos juros compensatórios de 1% (um por cento) ao mês sobre os valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC da FIPE, bem como multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor total em atraso.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1. O presente CONTRATO vigorará a partir 02 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.



04/11/2021

Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Guaçuá

CNPJ: 04.376.371/0001-23

Wagner Vasconcelos de Souza
Superintendente Administrativo
Financeiro e Contábil
Matrícula: 014864

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução do presente CONTRATO onerarão a seguinte dotação orçamentária:

Autarquia	Código Orçamentário	Fonte de Recursos	Ficha
FAPSPMG	1600.1601.04.122.0031.2.095.0000005.339039 00000	14300000 000	05

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

6.1. Cada parte obriga-se a manter sigilo a respeito de qualquer Informação Confidencial de titularidade da outra parte que venha a receber em decorrência da prestação de serviços realizada sob o âmbito deste CONTRATO, a saber.

a) "Informação Confidencial" inclui todas as informações identificadas por legendas como sendo privadas ou confidenciais, ou identificadas oralmente pela parte divulgante como privadas ou confidenciais e confirmadas por escrito dentro de 30 (trinta) dias da comunicação.

6.2. Para a execução dos serviços ora contratados, as Informações Confidenciais poderão ser disponibilizadas a empregados, prepostos, consultores ou pesquisadores das partes, respondendo cada parte perante a outra pelos atos destas pessoas no que tange o dever de sigilo.

6.3. Não serão consideradas como Informação Confidencial aquelas.

- a) Já disponíveis ao público sem quebra deste CONTRATO;
- b) Devidamente recebidas por terceiro não envolvido na prestação de serviço prevista neste CONTRATO sem descumprimento de quaisquer das presentes obrigações de confidencialidade;
- c) Independentemente desenvolvidas por pessoas ou agentes de uma parte sem acesso às Informações Confidenciais da outra;
- d) Já comprovadamente conhecidas do receptor no momento da divulgação; ou
- e) Que, por ordem judicial ou de autoridade competente, devam ser divulgadas, hipótese na qual a parte a quem for dirigida a ordem, deve comunicar, *incontinenti*, à outra parte sobre a existência da determinação e as informações a ela relacionadas.

6.4. São obrigações da CONTRATADA:

- a) envidar seus melhores esforços na prestação dos serviços;
- b) efetuar as análises solicitadas pelo CONTRATANTE de acordo com este CONTRATO.
- c) Oferecer condições para execução dos serviços objeto deste contrato, com um profissional que atenda o Instituto, independentemente de qualquer alegação;



6.5. São obrigações da Contratante:

a) Fiscalizar os serviços prestados;

6.5. Os direitos e obrigações decorrentes deste CONTRATO não poderão ser cedidos por qualquer das partes sem a autorização prévia e expressa da outra.

Wagner Medeiros de Souza
Superintendente Administrativo
Financeiro e Contábil
Matrícula: 014864

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS CASOS DE RESCISÃO

7.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

a) O não cumprimento, ou o cumprimento irregular, das cláusulas deste CONTRATO, bem como a lentidão ou o atraso injustificado, que venha a prejudicar os prazos contratados.

b) A paralisação do serviço contratado, exceto aquelas já previstas neste CONTRATO, sem a prévia comunicação ao **CONTRATANTE**.

c) A qualquer tempo, independentemente de qualquer intervenção ou notificação judicial ou extrajudicial, se durante a vigência deste CONTRATO, qualquer uma das PARTES vier a sofrer intervenção governamental, tiver homologado pedido de recuperação extrajudicial, deferido pedido de recuperação judicial ou decretada sua falência, ou ainda, vier a dissolver-se consensual ou judicialmente.

d) Razões de relevante interesse público, justificadas e determinadas pelo **CONTRATANTE**.

e) A suspensão por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos de força maior, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo.

f) O atraso superior a 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

g) O impedimento injustificado do acesso às informações necessárias à regular execução do objeto do presente CONTRATO.

h) amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante aviso dado à outra, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

7.2. Em qualquer hipótese de encerramento da prestação dos serviços, inclusive quando pelo normal decurso do prazo contratado, permanecerão válidas e vinculantes as obrigações de confidencialidade, as garantias e responsabilidades assumidas pelas partes (cláusula sétima) e outras obrigações que, em decorrência de sua própria natureza, tenham caráter perene.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES E SANÇÕES

8.1. Pela inexecução total ou parcial do presente CONTRATO, a Parte prejudicada poderá, garantindo a ampla defesa e o contraditório, aplicar à outra Parte, as seguintes penalidades:

a) advertência.

b) multa de 10% (dez por cento) do valor do CONTRATO.



04 / 01 / 2022

Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Guaçuá
CNPJ: 04.376.371/0001-23

Wagner Medeiros de Souza
Superintendente Administrativo
Financeiro e Contábil
Matrícula: 014864

c) A empresa contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para prestação dos serviços constantes do contrato, sujeitando-se às penalidades constantes no artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA: DO PROCESSO LICITATÓRIO

9.1 Dispensado da licitação, de acordo com o artigo 24 inciso II § 1º da lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Fica nomeado o Sr.º Roberto Cristovão de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Professor MAMPB e Vice-Presidente do Conselho Fiscal do FAPSPMG, para o acompanhamento da execução e fiscalização do presente certame.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A CONTRATADA não se responsabiliza por atrasos, interrupções, erros, falhas, danos ou prejuízos na prestação dos serviços oriundos do não recebimento, do recebimento em atraso ou do recebimento com falha ou defeito de conteúdo das informações fornecidas pelo CONTRATANTE, ainda que a responsabilidade pelo encaminhamento das informações do CONTRATANTE à CONTRATADA tenha sido transferida a terceiros.

11.2. Na hipótese de qualquer cláusula, termo ou disposição deste instrumento ser declarada nula ou inexecutável, tal nulidade ou inexecutabilidade não afetará quaisquer outras cláusulas, termos ou disposições aqui contidas, as quais permanecerão em pleno vigor e efeito, a menos que o termo ou disposição tido como nulo ou inexecutável afete significativamente o equilíbrio deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. O presente Termo Aditivo será publicado, em resumo, no Diário Oficial do Município, dando-se cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FISCAL DO CONTRATO

13.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo Sr.º Roberto Cristovão de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Professor MAMPB e Presidente do Conselho Fiscal do FAPSPMG, telefone para contato (028) 3553-2522/3070, e e-mail: contato@fapspmg.es.gov.br, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Autarquia.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Autarquia ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Guaçuí
CNPJ: 04.376.371/0001-23

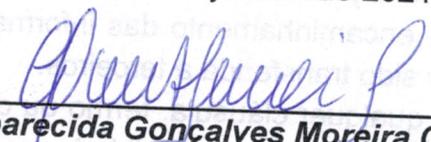
13.3. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro Central da Comarca de Guaçuí-ES, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste CONTRATO.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente CONTRATO em 03 (três) vias de idêntico teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

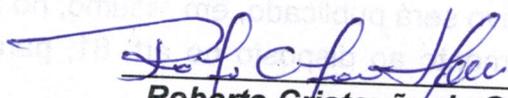
Guaçuí-ES, 04 de janeiro de 2021.



Celma Aparecida Gonçalves Moreira Gomes
Presidente Executiva do FAPSPMG



William Mendonça da Silva
Administrador Responsável

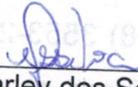


Roberto Cristovão de Oliveira
Fiscal do Contrato

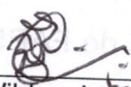
Publicado no
Mural do FAPSPMG
04 | 01 | 2021

Wagner Medeiros de Souza
Superintendente Administrativo
Financeiro e Contábil
Matrícula: 014864

Testemunhas:

1. 

Nome: Warley dos Santos Silva
CPF: 127.393.957-36

2. 

Nome: Wildes José Ferreira
CPF: 397.509.257-72